

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2016 (do Sr. Padre João)

Requer a realização de audiência pública alusiva ao 37º aniversário da Lei da Anistia, dia 29 de agosto, para tratar de assuntos concernentes ao funcionamento da Comissão de Anistia, especialmente a continuidade de suas ações e metas.

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública alusiva ao 37º aniversário da Lei da Anistia, dia 29 de agosto, para tratar de assuntos concernentes ao funcionamento da Comissão de Anistia, especialmente a continuidade de suas ações e metas.

Justificativa

A Comissão de Anistia, fruto da conquista da sociedade brasileira no âmbito do processo de democratização, está prevista na Lei 10.559/2002, que regulamentou o Art. 8º da ADCT da Constituição Federal, e foi criada com a finalidade de, em nome da Nação, reparar as perseguições políticas e violações de direitos humanos vividas nos anos de ditadura civil-militar, contribuindo assim para a concretização da Justiça.

Os movimentos e organizações da sociedade civil que lutam até hoje para assegurar o funcionamento regular da referida Comissão de Anistia solicitaram ao presidente deste colegiado parlamentar que fossem debatidos, na ocasião, os seguintes temas:

Assinaturas e publicações de portarias de processos de anistia finalizados e deferidos; manutenção de investimentos para consolidação do Memorial de Belo Horizonte; continuidade dos trabalhos da Comissão da Anistia com garantia de julgamentos de processos de Turma, Plenário e Caravanas, com garantia de presença de conselheiros de outros Estados.

Tendo em vista a relevância para a justiça de transição e do resgate dos compromissos assumidos pelo Brasil por meio da Comissão de Anistia para com a memória e a verdade sobre a ditadura, contamos com o apoio ao presente requerimento.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2016.

Deputado Padre João-PT/MG